

PSDB afirma que LDO fere artigo da Constituição

* 6 JUN 1991

MAURÍCIO CORREA/AE

A liderança do PSDB elaborou um relatório de 45 páginas onde afirma que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1992 (LDO), enviado pelo governo ao Congresso, não atende ao artigo 165 da Constituição, porque não explicita as metas e prioridades do orçamento do próximo ano. Na avaliação do líder do partido, deputado José Serra, o texto do governo dedicou apenas seis linhas ao tema "metas e prioridades", ainda assim de forma vaga, e isso poderá criar problemas na elaboração da LDO/92. Para não desmoralizar o artigo 165 da Constituição, o deputado entende que a fixação das metas e prioridades em relação à LDO deve ser feita pelo Congresso.

Embora o governo evite reconhecer, de público, os erros da equipe econômica anterior, responsável pela elaboração do projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias, o atual secretário de Planejamento, Pedro Parente, em conversas reservadas, admite que o relatório do PSDB está correto em sua essência. Ou seja, do jeito como foi encaminhado ao Congresso, a LDO/92 não cumpre o dispositivo constitucional.

"O Plano Plurianual 91/95 serviu de base para o projeto da LDO. Mas, como o plano é muito precário, o projeto de lei da LDO não entrou nos detalhes previstos pela Constituição", comentou o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES). Para Serra, é fundamental respeitar a Constituição, sob pena de desmoralizar os dispositivos que tratam da matéria orçamentária e financeira. "As metas, embora constitucionalmente subordina-

das ao Plano Plurianual 91/95, infelizmente pessimamente elaborado, devem, na sua escolha, levar em consideração as reais necessidades da nação", assinala o documento.

Guerra do orçamento

A LDO é a primeira batalha da chamada "guerra do orçamento". Este, na realidade, será apreciado apenas no segundo semestre. Entretanto, o projeto da LDO deve ser votado até o último dia de junho, pois, caso contrário, o Congresso não pode entrar em recesso. O PSDB está preocupado com a enxurrada de emendas que a cada ano surgem no momento da fixação do orçamento. O partido já tentou, sem sucesso, fixar um limite de 30 propostas por parlamentar. Em muitos casos, os congressistas apresentam emendas apenas para satisfazer suas bases eleitorais, já sabendo, de antemão, que a proposta não será aprovada pelo relator.

Entre os parlamentares, existem muitos ressentimentos em relação à manutenção do deputado João Alves (PFL-BA) como relator da LDO e do Orçamento. Alves praticamente vem se perpetuando nessa função, desde a época do regime militar, mas a sua recondução foi apoiada pela maioria formada por seu partido e pelo PMDB. "O relatório do PSDB mostra claramente que o orçamento precisa ser austero, pois a estabilização econômica não passa apenas pelo discurso em torno do controle da inflação. O País tem que estabelecer suas prioridades e aplicar o orçamento de acordo com essas metas", assinalou José Serra.